

Entrevista: *Júlio Gaiger*

Metade dos funcionários da Funai é dispensável

CACAIOS GARRASTAZU, BANCO DE DADOS/ZH - 19/3/96



Posse amigável: a relação de Gaiger com os caciques foi mais amistosa nos primeiros meses no cargo

CARLOS WAGNER

Júlio Gaiger, 40 anos, advogado, militante em organizações não-governamentais da causa indígena durante duas décadas, está há nove meses na presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) — os seus antecessores ficaram em média cinco meses. O excesso de funcionários, os conflitos agrários entre índios e brancos e a pressão das entidades internacionais têm tornado o cargo um dos de maior rotatividade no governo. Convidado para o gover pelo ministro da Justiça, Nélson Jobim, que tem a sua saída do ministério prevista para o início de março, o presidente da Funai não parece preocupado com a permanência na função. No início da semana ele esteve em Porto Alegre e falou a Zero Hora.

Zero Hora — Qual o balanço do ano da questão indígena no Brasil?

Júlio Gaiger — A principal mudança é a maneira de tratar o índio. Antes, a política era tratá-los como transitórios, mas a Constituição de 1988 reconheceu os direitos dos índios a suas terras. A Funai só agora começou a se comprometer com esta política.

ZH — Qual é atual população indígena do Brasil?

Gaiger — Já são 325 mil. (Quando o Brasil foi descoberto, eram mais de 5 milhões) Os dados não são muito confiáveis, porque o IBGE não fazia o censo entre os índios. Estamos querendo que no próximo censo os índios sejam incluídos. Usamos números de organizações não-governamentais e alguns documentos oficiais.

ZH — Quantos hectares de terra os índios têm no Brasil? A área está toda legalizada?

Gaiger — Na nossa avaliação, o total da área indígena é de 95 milhões de hectares, o que significa 11,13% do território nacional. Já foram demarcadas como território indígena 60% desta área.

Tudo deverá ser demarcado até o final do governo.

ZH — Historicamente, os conflitos nas áreas indígenas entre madeireiros, garimpeiros e índios têm sido sangrentos. Qual é o quadro atual?

Gaiger — Temos um conflito em cada canto do território nacional. Mas temos focos mais sérios, como em Mato Grosso do Sul, onde áreas indígenas foram tomadas pelo governo e hoje a Constituição garante a retomada pelos índios. O caso do Rio Grande do Sul é semelhante, pois o governo assentou colonos em terras indígenas nos anos 60.

ZH — Fala-se que o ministro da Justiça, Nélson Jobim, deixará o cargo em março. O senhor vai acompanhá-lo?

Gaiger — Não conversamos sobre isto ainda. O que eu estou fazendo é um trabalho independente de quem ocupe o cargo.

ZH — Por muitos anos a Funai foi o símbolo de bagunça no governo. Qual é a atual situação?

Gaiger — A situação ainda é muito difícil. Durante o período militar pulamos de 1,5 mil funcionários para 4 mil. Este pessoal ganhou estabilidade com a Constituição de 1988. Isto foi um desastre. Esperamos amenizar a situação com o programa de demissão voluntária do governo.

ZH — Qual o número de mão-de-obra ociosa e quanto é a folha de pagamento da Funai?

Gaiger — Cerca de 50% do total dos funcionários da Funai são ociosos. A nossa folha de pagamento está na faixa dos R\$ 4,5 milhões.

ZH — Recentemente se repetiu um episódio que vem se tornando rotina na Funai: um grupo de índios retirou à força o presidente do órgão de sua sala. Quando isto vai acabar?

Gaiger — Espero que logo. Isto está ligado à reforma do quadro administrativo.